

Introdução

Hildete Pereira de Melo¹

Os artigos apresentados neste número da Revista Econômica representam uma contribuição para situar o trabalho familiar doméstico num marco analítico da teoria econômica feminista. A reprodução da vida humana e o trabalho realizado na família, no cuidado das crianças, doentes e idosos foram tratados pelos economistas clássicos na discussão sobre os salários e como este deve ser considerado como custo de reprodução histórica da classe trabalhadora (Picchio, 1999). Esta perspectiva também está presente nos trabalhos de Marx e manifesta-se como uma contradição; isto por que tanto os escritos da teoria clássica como da marxista não reconhecem o trabalho que as mulheres realizam no seio da família e estes não são incorporados num esquema analítico que represente o sistema econômico. O surgimento da economia neoclássica desloca o centro da atenção da produção para o mercado capitalista e separou definitivamente as esferas da produção mercantil da produção doméstica. A perspectiva econômica feminista, a partir dos anos 1970, destacou os trabalhos de Marshall e Pigou como seminais no paradigma neoclássico devido a extensão da divisão sexual do trabalho à classe trabalhadora e isto possibilitou um avanço na lógica da teoria feminista. Por que estes autores, embora considerem as mulheres como destinadas ao lar, elas eram responsáveis pela criação do capital humano, enquanto aos homens cabia o trabalho assalariado; e que estes devem auferir um salário que permita reproduzir a família, esta constatação permitiu desdobramentos relevantes para as feministas neoclássicas (Pujol, 1992, 139).

Seguramente a economia do bem-estar de Pigou pode ser interpretada como a porta aberta para a busca de soluções humanas para a pobreza e este olhar permitiu estabelecer uma diferença importante entre mulheres e homens, ao reconhecer que o trabalho das mulheres na família é um requisito essencial para a promoção do bem-estar na sociedade capitalista (Sen, 1973).

¹ Professora Associada de Economia/UFF, editora da Revista Gênero e Coordenadora do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero da UFF. Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense: R. Tiradentes, n° 17, CEP: 24210-540, Niterói-RJ - E-mail: hildete43@gmail.com

Mas, esta sensibilidade para a denúncia da pobreza e da desigualdade da sociedade capitalista não os levou a estabelecer as diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade, nem tampouco da permanência dos valores patriarcais. A exclusão pela contabilidade nacional do trabalho das mulheres na família, por que estas atividades não são permeadas por trocas monetárias, sedimentam a perspectiva do não trabalho ou da invisibilidade do trabalho feminino, assim o recorte androcêntrico oculta desde suas origens o pensamento econômico (Melo & Castilho, 2009).

Na segunda metade do século XX economistas feministas, de tradição marxista, denunciaram esta invisibilidade nas análises da divisão sexual do trabalho na família e na sociedade, a desigual participação dos sexos no mercado de trabalho e no âmbito da família. Este debate sobre a natureza do trabalho doméstico e sua função na sociedade de mercado foi decisivo para o movimento de mulheres e feministas, por que estabeleceu uma razão entre a situação das mulheres na economia de mercado e seu papel da família e dos benefícios que o capital obtém com este trabalho “não pago” realizado pelas mulheres.

Pode-se observar, embora não seja nosso objetivo fazer uma discussão sobre o conceito de trabalho numa perspectiva de gênero, mas apenas ressaltar que este debate promoveu no campo da economia feminista uma elaboração de novas perspectivas teóricas, a partir da relação entre trabalho doméstico e a contabilidade nacional. As perguntas que devem ser feitas referem-se a que são as atividades domésticas? Como medi-las e como valorizá-las? O trabalho doméstico pode ser realizado por uma pessoa fora da família, é um trabalho assalariado e assim representa uma troca, ou ser realizado pela família e não significa uma troca monetária? As respostas a esta questão são tratadas pelo ângulo da invisibilidade do trabalho feminino e foram respondidas no âmbito acadêmico com as metodologias das pesquisas sobre usos do tempo e as tentativas de inclusão do trabalho doméstico no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Um exercício desta inclusão no cálculo do PIB para o caso brasileiro pode ser analisado no trabalho de Melo, Considera, Sabbato (2007).

Desde que a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas incorporou as “Contas Satélites” no cálculo do PIB que ampliou-se o debate sobre a valorização do trabalho doméstico – trabalho familiar tanto na comunidade acadêmica e no aparelho do Estado. O objetivo de uma conta satélite sobre a pro-

dução doméstica vai para além de uma mensuração dos trabalhos realizados no interior das famílias, mas serve para desnudar a invisibilidade que cerca o tradicional “lugar das mulheres” na sociedade. Esta conta discute a noção de bem-estar e enfatiza o uso do tempo como determinante da qualidade de vida da população. Os trabalhos apresentados neste número da revista *Econômica* problematizam esta questão, debatem conceituação, reconhecimento e políticas públicas.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) como um desdobramento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) que denunciou com veemência a dificuldade das mulheres em conciliarem trabalho e família, criou um grupo de trabalho sobre o uso do tempo, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Como resolução do trabalho deste grupo decidiu-se pela realização de uma pesquisa de campo sobre uso do tempo no Brasil. Primeiro foi realizada uma pesquisa piloto no Rio de Janeiro e no momento (novembro de 2010) esta em curso uma pesquisa campo em todo o Brasil.

O artigo “Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal” de Fontoura, Pinheiro, Galiza e Vasconcelos faz uma reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos por este grupo de trabalho da SPM/IPEA/IBGE, analisa o compartilhamento das responsabilidades pelas atividades de reprodução social entre homens e mulheres, as transformações ocorridas nas posições ocupadas pelas mulheres no mundo do trabalho, complementa com uma apresentação das políticas sociais e medidas legislativas na área da economia dos cuidados e termina enfatizando como as pesquisas de usos do tempo podem contribuir para uma melhor configuração de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.

Na mesma linha a secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) Lourdes Bandeira no artigo “*Importância e motivações do estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero*” faz uma avaliação do significado de políticas públicas que utilizem pesquisas de usos do tempo no campo de gênero para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Este artigo explora a persistência de assimetrias na divisão sexual do

trabalho e suas repercussões na construção dos usos do tempo, os tempos diferenciados que mulheres e homens desempenham na realização das tarefas de reprodução da vida e a negação que acompanha o exercício destas atividades.

O último trabalho “*Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil*” de autoria de Neuma Aguiar, pioneira dos estudos de usos do tempo no Brasil, discute as metodologias utilizadas para levantamento do uso do tempo na vida cotidiana das famílias brasileiras. Este artigo é uma avaliação criteriosa dos possíveis levantamentos metodológicos utilizados por estas pesquisas e discute particularmente duas modalidades: o levantamento através de diários, e com perguntas. Parte de pesquisas coordenadas por ela na cidade de Belo Horizonte e criteriosamente apontam para vantagens e limitações deste tipo de pesquisa no Brasil.

Acredito que a leitura destes artigos na Revista *Econômica* é uma importante contribuição na perspectiva da economia feminista do tema da desigualdade e discriminação, que apesar de mais de um século de lutas, as mulheres ainda enfrentam na nossa sociedade.

Que a leitura deste dossiê possibilite reflexões sobre o tema e a vida de cada um(a) e possa se traduzir na prática cotidiana numa divisão igualitária dos trabalhos da reprodução da vida para mulheres e homens.

Boa leitura!

Referências bibliográficas

MELO, H.P. de & CASTILHO, M., “*Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?*”, Revista de Economia Contemporânea, IE/UFRJ, vol.13, nº 1, Rio de Janeiro, Jan/Apr., 2009.

MELO, H.P. de, CONSIDERA, C., SABBATO, A., “*Os afazeres domésticos contam!*”, Economia e Sociedade, Revista do IE/UNICAMP, Campinas, vol.16, nº 3, 2007.

PICCHIO, A *Visibilidad analítica y política Del trabajo de reproducción social*, en CARRASCO, C (org) *Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999.

PUJOL, Michéle, *Feminism and anti-feminism in early Economic Thought*, Edward Elgar Publishing Limited, England/USA, 1992

SEN, A K., *On Economic Inequality*, Oxford University Press, London, 1973.